

31 CIDADES

TEMA DO DIA

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2003

Editor: Carlos Alexandre // carlos.alexandre@correioweb.com.br

Subeditores: André Garcia, Sibele Negromonte e Valéria de Velasco

Coordenadoras: Samanta Sallum e Taís Braga

fax: 342-1185 e-mail: cidades@correioweb.com.br

Tels. 342-1180 • 342-1181



CASO GALDINO



Assassinos do índio pataxó ganharam benefício aguardado por 538 condenados que estavam em condições de trabalhar fora da prisão. Aumenta o debate sobre aplicação de penas para reinserção social

Na frente da fila

As imagens do passeio de três condenados do caso Galdino pelas ruas de Brasília acirraram um amplo debate sobre a aplicação e fiscalização das penas de reinserção social para presos. Max Rogério Alves, Eron Oliveira e Antônio Novelty, criminosos condenados a 14 anos em regime fechado pela morte do índio pataxó, gozam de um benefício aguardado por 538 réus punidos pela Justiça. Passaram na frente de uma fila de condenados que aguardam uma chance para se reintegrar à sociedade. O diretor da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), Adalberto Monteiro, justifica o benefício concedido pelo perfil socioeconômico dos assassinos de Galdino. O mesmo perfil que até dois dias atrás lhes permitia dirigir com carros próprios, tomar cervejas em bares no Plano Piloto e freqüentar faculdades. Embora os advogados de defesa aleguem uma "fraqueza humana", os três rapazes cometeram um flagrante desvio de conduta e desobediência à lei. E por isso perderam provisoriamente o benefício a que tinham direito. "Houve uma distorção. Vivemos hoje um novo momento no

Brasil. É um período de obediências às normas jurídicas. O que houve foi um retrocesso a isso", condenou Marco Aurélio de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal. Exatamente para evitar abusos como os cometidos pelos algozes de Galdino, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados estuda a aprovação de um projeto que regulamente o trabalho externo e interno de presos. O cumprimento das execuções também passa pela fiscalização: hoje o sistema penitenciário nacional carece de meios para verificar o que fazem criminosos no horário do expediente longe dos presídios. A 560 quilômetros de Salvador (BA), a família de Galdino Jesus dos Santos teve um reencontro com a dor de perder um parente. Na aldeia que abriga 425 famílias, Minervina Maria de Jesus, mãe do pataxó assassinado em Brasília, visitou o túmulo de Galdino. E chora pela tragédia que vitimou o filho. "Eu gostaria que eles (os assassinos) viessem aqui para conversarmos. Queria que eles ouvissem e soubessem o vazio que sinto".

TEMA DO DIA / CIDADÃO



CASO GALDINO



Os assassinos do pataxó faziam parte do restrito grupo de 12 apenados do regime fechado que trabalham

Mais de 500 presos esperam benefício

ANA HELENA PAIXÃO E
MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Até a última terça-feira, Eron Chaves, Max Rogério Alves e Antônio Novelty Vilanova gozavam do benefício de estudar e trabalhar fora do Complexo Penitenciário da Papuda. Eles ganharam uma autorização que é aguardada por 538 condenados que também estavam em condições de concorrer por uma vaga em trabalho externo. Max, Eron e Novelty aproveitaram a chance para tomar cerveja, namorar e passear pelas ruas de Brasília nos intervalos entre trabalho e estudo.

Com a suspensão provisória dos benefícios, os três assassinos de Galdino desperdiçaram uma chance de reinserção social extremamente disputada no sistema penitenciário. Nada menos que 538 detentos dos regimes semi-aberto, liberdade condicional e prisão domiciliar esperam há anos a oportunidade de voltar ou ingressar no mercado de trabalho.

“Eles (os três rapazes) conquistaram as vagas na frente dos demais porque têm um bom nível de

escolaridade e conhecimento em informática”, explicou Adalberto Monteiro, diretor-executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap). De acordo com o diretor, esses eram os pré-requisitos exigidos pelos empregadores dos rapazes. “Nem todos os apenados que esperam uma vaga atendem a esses requisitos. Além da posição na fila de espera, o perfil define o escolhido.”

Sem substituto

Pelo menos 38 presos do regime semi-aberto já poderão se candidatar aos cargos. Eles concluem o curso de informática ministrado pela fundação — requisito indispensável aos sucessores de Eron, Novelty e Max. As direções do Hospital Regional da Asa Norte (ran), Ministério do Trabalho e Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) ainda não pediram substitutos para ocupar as vagas abertas pelos três, depois que a Vara de Execuções Criminais (VEC) suspendeu o benefício.

Até o benefício dos três rapazes ser suspenso pela Justiça, anteontem, somente 12 presos do regime fechado eram beneficiados com autorizações para traba-

lhar ou estudar fora da prisão. No DF, existem 3,5 mil condenados em regime fechado. Mas dificilmente eles terão a chance conferida aos 12 companheiros. De acordo com Monteiro, há um ano o juiz Eduardo Rosas, então lotado na VEC, determinou que nenhum condenado ao sistema integralmente fechado receba o benefício enquanto houver detentos do semi-aberto a espera de oportunidade de emprego.

Quando os assassinos de Galdino conseguiram trabalho, passaram na frente de 50 candidatos, como informou ao *Correio* Adalberto Monteiro, em reportagem publicada ontem. Segundo ele, a fundação tem ingerência apenas no caso das vagas para os presos em regime semi-aberto.

A assistente técnica e estudante de Direito Alessandra de Souza, 31 anos, tem um parente preso há quatro anos no Centro de Detenção Provisória. Condenado há 14 anos, por roubo, em regime inicialmente fechado, ele está há dois anos no semi-aberto. “São dois anos de espera. Até hoje, ele não conseguiu benefício algum, nem mesmo trabalhar dentro da cadeia. A gente fica revoltada.”



CASO GALDINO



Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados propõe criação de projeto único para evitar distorções na aplicação de benefícios a presos. Maior dificuldade é fiscalizar aplicação de penas

Uma lei para o trabalho penal

THIAGO VITALE JAYME
E ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Estarrecida com os abusos cometidos pelos assassinos do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados resolveu agir. Na próxima semana vai iniciar um esforço para aprovar projeto de lei que regularmente melhora os trabalhos externo e interno dos presos brasileiros.

“O episódio demonstra o estado preocupante do sistema prisional no Brasil, onde a política de trabalho dos presos é definida de acordo com a força de influência econômica ou política, como acontece neste caso”, disse o presidente da comissão, deputado Ênio Bacci (PDT-RS).

O parlamentar diz que a idéia de definir uma nova legislação para o trabalho dos presos não é nova. Várias denúncias semelhantes de distorções chegaram à comissão. Há quase duas dúzias de projetos na comissão que tratam do assunto. “Mas com a reportagem publicada por vocês (Correio/Estado de Minas), isso será acelerado. Já estamos com uma série de projetos em mãos e vamos iniciar os esforços o mais rápido possível. É preciso acabar com os privilégios.”

A comissão seguirá o exemplo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na questão do desarmamento. Num primeiro momento, os deputados analisam os projetos da pauta. Em seguida, discutem os pontos de consenso para juntá-los em um único projeto, que será votado e encaminhado ao plenário.

Crimes mais leves

Ênio Bacci criticou a forma como os autores do crime contra Galdino eram tratados com regalias. “Não somos contra o serviço dos presos. É um direito deles. Mas tenho certeza que há muita gente na fila para ganhar o direito de trabalhar e estudar fora. E a maioria deve ter crimes até mais leves do que os deles”, afirmou.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello aprova a idéia de se fazer uma nova lei para regular me-

lhor a questão do trabalho dos presos. “Mas não podemos fazer uma legislação simbólica, que fique apenas no papel. Precisamos de uma concretude. Às vezes, queremos dar uma resposta à sociedade a determinados episódios. Mas precisamos saber se a estrutura prisional tem capacidade para se adequar à lei.”

O ministro criticou a atitude dos assassinos. “Houve uma distorção. A falta de fiscalização é grave. Vivemos hoje um novo momento no Brasil. É um período de obediências às normas jurídicas. O que houve foi um retrocesso a isso”, disse Marco Aurélio.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também criticou o episódio. “O controle material da legalidade do cumprimento das penas é fundamental. Sem esse controle, a lei de execuções penais se torna uma obra de ficção, como se vê nesse caso concreto”, disse. Bastos é defensor aberto da necessidade urgente de uma reforma no sistema judiciário brasileiro.

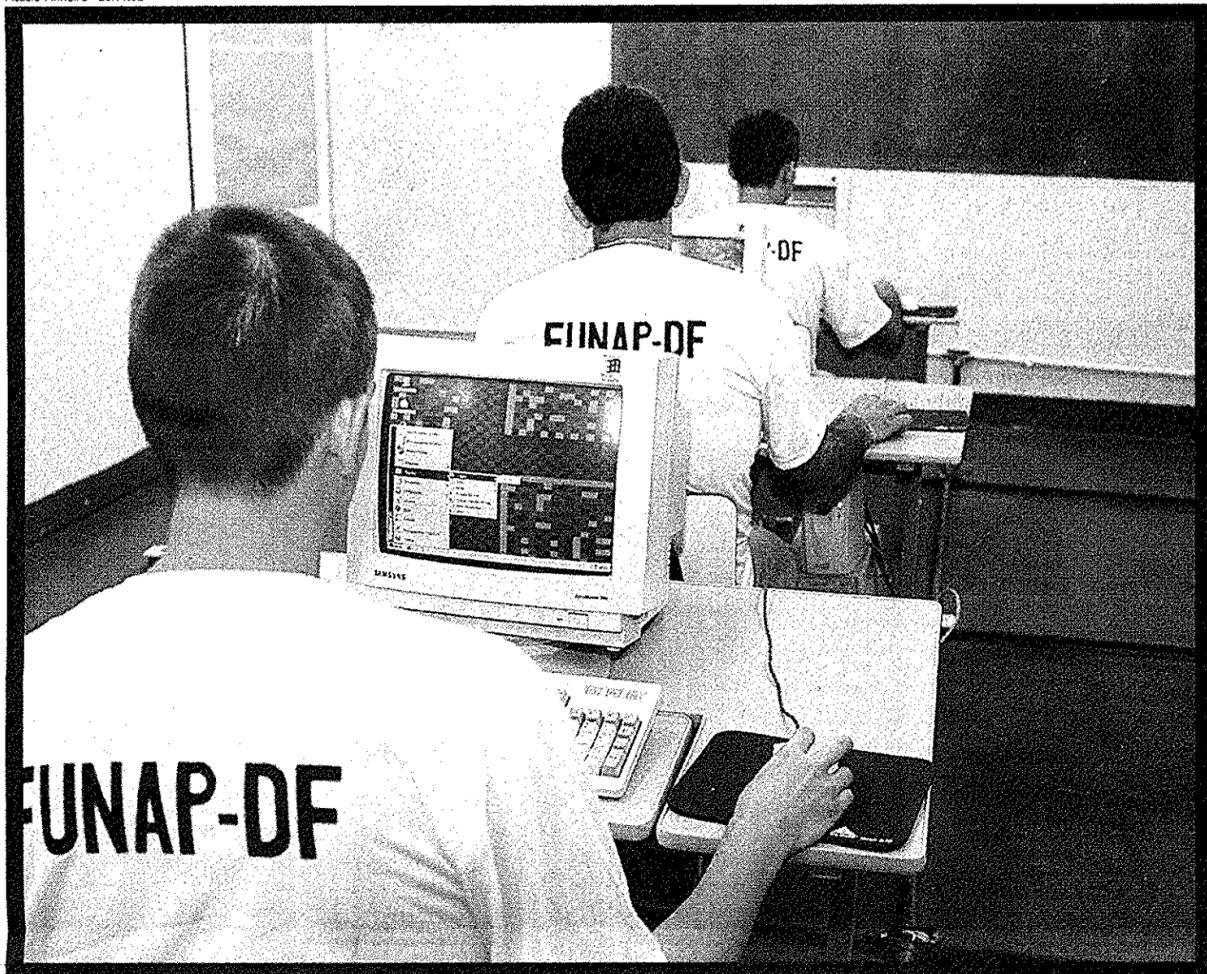
Decisão correta

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo, Carlos Miguel Aidar, elogiou a revogação dos direitos feita pelo juiz Aimar Neres de Matos. “Foi uma decisão bastante correta.” O jurista disse que a fiscalização cabe ao Estado. “Quem tem de verificar se tudo está indo bem é o diretor do presídio e o juiz de Execuções Criminais. O problema é que falta estrutura”, afirmou.

Sobre a decisão da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de aprovar nove legislação para o trabalho prisional, Aidar reclamou. “Estamos sempre correndo atrás do prejuízo, né? Sempre. Mas isso é possível. Podemos criar normas mais rígidas, reduzir o horário de permanência fora da prisão, por exemplo.” Assim como o ministro Marco Aurélio, Carlos Aidar pede que seja primeiro verificado se há condições de obedecer às novas normas.

O presidente do STF, Maurício Corrêa, preferiu não falar sobre o assunto. “Isso é um problema eminentemente do juiz da Vara de Execuções que eu não opino”, disse.

Acácio Pinheiro 26.11.02

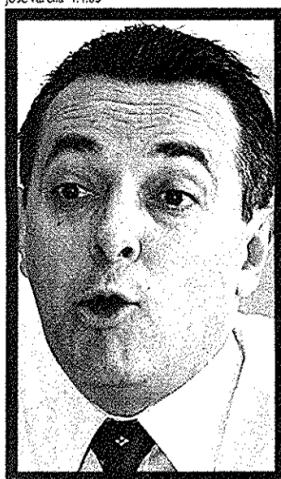


PRESOS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA PAPUDA EM CURSO DE INFORMÁTICA: ESTADO TEM DIFICULDADE EM FISCALIZAR APLICAÇÃO DAS PENAS DE REINserÇÃO SOCIAL

“A POLÍTICA DE TRABALHO DOS PRESOS É DEFINIDA DE ACORDO COM A FORÇA DE INFLUÊNCIA ECONÔMICA OU POLÍTICA”

Ênio Bacci
presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

José Varela 4.4.03



José Varela 3.4.03



“VIVEMOS UM PERÍODO DE OBEDEIÊNCIAS ÀS NORMAS JURÍDICAS. O QUE HOUE FOI UM RETROCESSO”

Marco Aurélio Mello,
ministro do Supremo Tribunal Federal

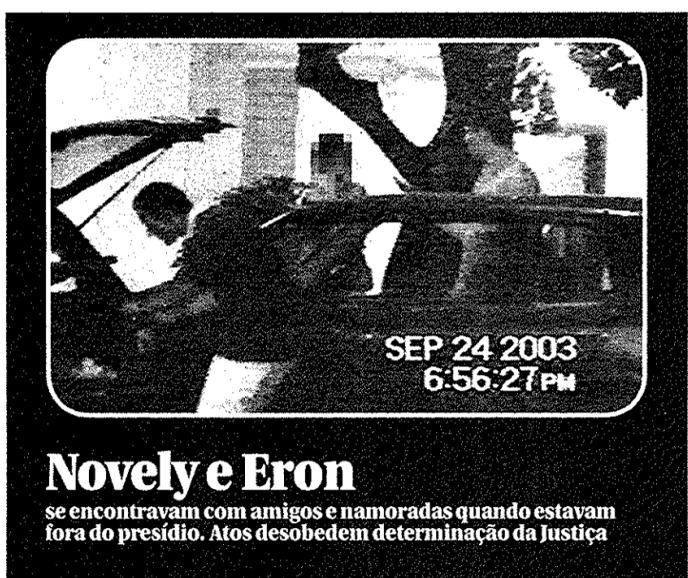
PRINCIPAIS PONTOS DO CASO GALDINO

CONDENAÇÃO

No dia 10 de novembro de 2001, o Tribunal do Júri do Distrito Federal votou pela condenação de Antonio Novelty Cardoso de Vilanova, Max Rogério Alves, Eron Chaves de Oliveira e Tomás de Oliveira pela morte de Galdino. O júri concluiu que eles cometeram homicídio triplamente qualificado (crime hediondo), por motivo torpe (diversão), de forma cruel (uso de fogo) e covarde, sem dar chance de defesa à vítima. O índio Galdino Jesus dos Santos morreu quando estava dormindo, no dia 20 de abril de 1997. A juíza Sandra de Santis fixou a pena em 14 anos, em regime fechado.

REGALIAS NO PRESÍDIO

O Correio publicou reportagem no dia 26 de setembro de 2001 em que os quatro condenados recebem tratamento privilegiado no então Núcleo de Custódia de Brasília (NCB). Eles cumpriam pena numa biblioteca desativada transformada em dormitório desde 1997. Tinham banheiro com chuveiro de água quente e vaso sanitário. As outras celas têm apenas um buraco no chão.



PERMISSÃO PARA TRABALHAR

No dia 26 de abril de 2002, o Tribunal de Justiça do DF concedeu permissão para que os condenados trabalhem fora do presídio. O juiz Eduardo Henrique Rosas, titular da Vara de

Execuções Criminais (VEC) do Distrito Federal em 2002 — responsável pelo acompanhamento das sentenças —, resistiu a dar os benefícios. Mas os rapazes recorreram. O caso foi parar na segunda instância do TJDF.

PERMISSÃO PARA ESTUDAR

Tomás e Eron começaram a estudar na Universidade Católica de Brasília (UCB), com bolsa integral no início deste ano. Cursavam Administração e Engenharia Ambiental, respectivamente. É um benefício concedido normalmente pela UCB a outros presos. Em maio deste ano, o Ministério Público conseguiu reverter a decisão do TJDF alegando erro processual. A autorização para Tomás e Eron foi cancelada. Max Alves e Antônio Novelty ainda têm autorização para estudar.

AS SAÍDAS DOS ASSASSINOS

O Correio divulgou na terça-feira imagens exclusivas em que três dos quatro assassinos do índio pataxó entram e saem do presídio da Papuda sem revista nem escolta. Eles também frequentam bares, bebem cerveja e encontram-se com amigos e namoradas. Os condenados voltam para o presídio da Papuda no final da noite dirigindo os próprios carros. Novelty é filho de juiz federal. Max é enteado de ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eron e Tomás são filhos de funcionários públicos. Os quatro condenados pela morte do índio Galdino trabalham em órgãos públicos, em funções administrativas.

A SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO

O juiz Aimar Neres de Matos, da Vara de Execuções Criminais, suspendeu na terça-feira, em caráter provisório, os benefícios concedidos pela Justiça aos condenados. Na decisão, motivada por matéria publicada pelo Correio na edição do mesmo dia, o juiz ressaltou que as condições impostas aos três condenados pela morte do índio Galdino Jesus dos Santos foram descumpridas.

AS INVESTIGAÇÕES

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal instaurou na terça-feira sindicância para apurar irregularidades no cumprimento dos benefícios judiciais concedidos aos quatro assassinos. As investigações serão feitas pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF e acompanhadas por um promotor de Justiça do Ministério Público do DF. No dia 14 de dezembro, a subsecretaria terá de apontar quais as infrações cometidas e os nomes dos responsáveis pelo desvio do trajeto obrigatório dos detentos: prisão-trabalho-faculdade-prisão.



CASO GALDINO



Titular da promotoria de Execuções Criminais pede a convocação de um policial para acompanhar o quarto condenado pela morte do pataxó. Juiz da VEC reconhece falta de condições para acompanhar presos

Promotor exige escolta para Tomás

MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

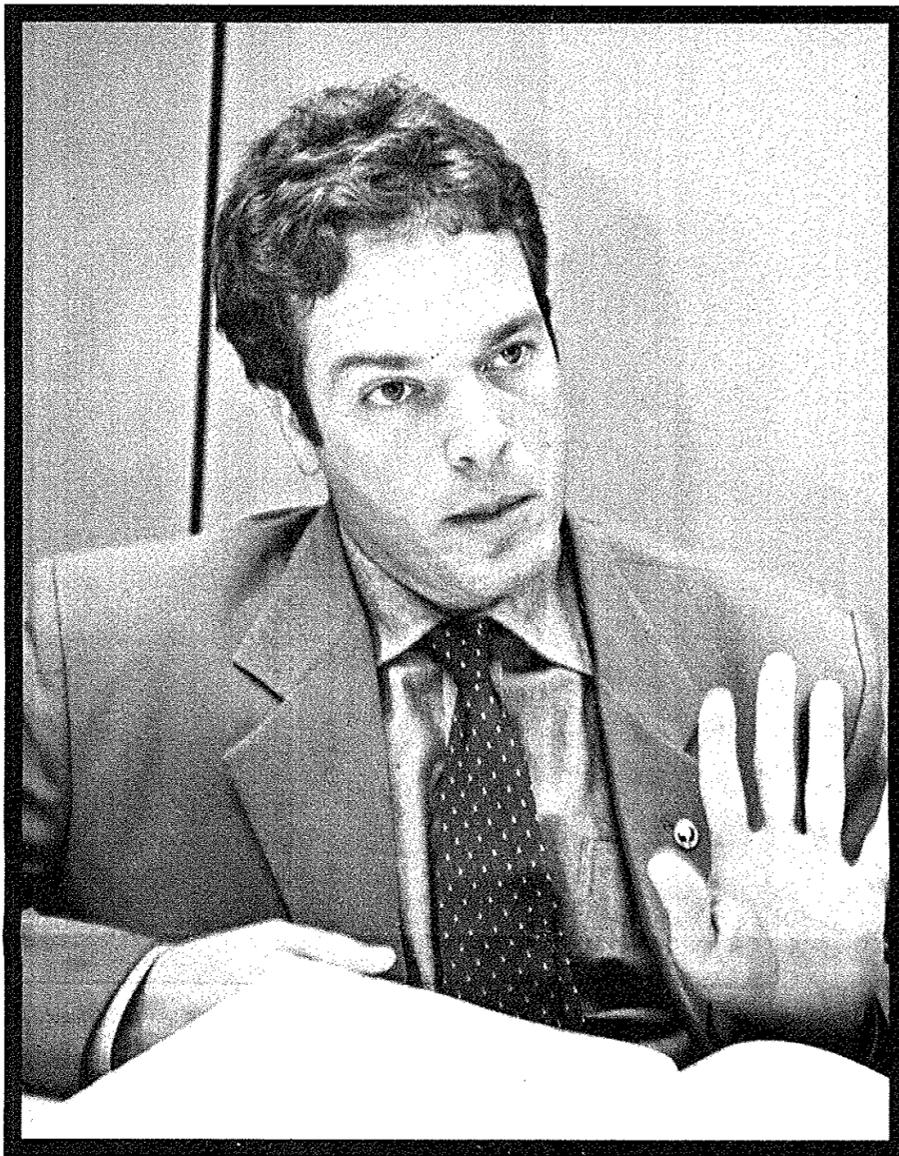
O Ministério Público do Distrito Federal quer um policial na cola de Tomás Oliveira de Almeida, 25 anos, toda vez que ele deixar o Centro de Detenção Provisória (CDP) para trabalhar. Ao contrário dos demais condenados pela morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, impedidos pela Justiça de terem atividades externas, Tomás ainda mantém o benefício. O promotor de Execuções Penais Rodrigo Fudoli, porém, entende que ele deve ser vigiado para continuar a usufruir do direito.

“Ou ele passa a ser acompanhado por um policial sempre que sair da penitenciária, ou perde o direito ao trabalho fora”, defende Fudoli. Desde junho do ano passado, Tomás cumpre estágio no Centro de Documentação e Informação (Cedin) do Ministério do Trabalho de segunda-feira a sexta. No trajeto prisão-serviço-prisão, nunca foi vigiado. O pedido de escolta para o detento foi ajuizado ontem na Vara de Execuções Penais (VEC).

O argumento do promotor é a Lei de Execuções Penais. A legislação admite a ocupação externa para quem cumpre pena em regime fechado, mas as exigências são rigorosas: somente em serviços ou obras públicas realizados por órgãos da administração direta ou indireta, “desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina”, com cumprimento rigoroso da jornada de trabalho. É preciso também que se tenha cumprido um sexto da pena.

Assim como Tomás de Almeida, os demais assassinos do índio Galdino — Eron Chaves, Max Rogério Alves e Antônio Novelty, todos com 26 anos — ganharam da 1ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do DF (TJDF) o direito a trabalhar fora

Daniel Ferreira



O PROMOTOR RODRIGO FUDOLI, DA PROMOTORIA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS: MEDIDAS PARA EVITAR ABUSOS

em junho de 2002. A decisão judicial os dispensou de escoltas de policiais ou agentes penitenciários nos deslocamentos até os locais de serviço.

À época, o presidente da 1ª Turma Criminal era o desembargador Pedro Aurélio Rosa de Farias, que pediu aposentadoria em agosto. Procurado pelo Cor-

reio, ele não quis se manifestar sobre o caso.

Decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforçam a tese do Ministério Pú-

blico: em casos de condenados por crimes hediondos, como dos rapazes que atearam fogo no índio Galdino, é possível se conceder o benefício desde que haja escolta. Diante da dificuldade de se destacar um policial para acompanhar o preso todos os dias, o STJ costuma negar tais pedidos. Segundo a interpretação dos ministros da Quinta Turma, “é incompatível a execução do trabalho externo e a necessária vigilância”.

Atividades externas

No Distrito Federal, há registro de exceções entre os 3,5 mil condenados do regime fechado. Na terça-feira, quando foram publicadas as denúncias de que Eron, Max e Novelty mantinham uma rotina de atividades externas não-autorizadas pela Justiça, havia um total de 12 detentos em sistema fechado com direito ao benefício de trabalhar ou estudar fora.

“Infelizmente, a administração pública não tem condições de providenciar um policial para acompanhar cada preso que sai da cadeia para trabalhar”, disse o juiz substituto da VEC Fábio Martins de Lima. O magistrado não quis se manifestar sobre os *habeas corpus* do Tribunal de Justiça que permitiram aos quatro rapazes sair da prisão para a atividade externa.

Independentemente do pedido ajuizado pelo Ministério Público na VEC, Tomás de Almeida não compareceu ontem ao serviço no Centro de Detenção Penitenciária do Ministério do Trabalho, onde faz estágio das 8h às 17h, com uma hora de almoço. Segundo o advogado Raul Livino, o rapaz teve uma indisposição logo cedo e, por recomendação médica, passaria o dia em repouso. O pedido do MP não incluiu os outros três rapazes porque eles tiveram o benefício de trabalho externo suspenso na terça-feira pela VEC.

VIGILÂNCIA

“OU ELE (TOMÁS) PASSA A SER ACOMPANHADO POR UM POLICIAL SEMPRE QUE SAIR DA PENITENCIÁRIA, OU PERDE O DIREITO AO TRABALHO FORA DO PRESÍDIO”

Rodrigo Fudoli,
Titular da promotoria de Execuções Criminais

“INFELIZMENTE, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO TEM CONDIÇÕES DE PROVIDENCIAR UM POLICIAL PARA ACOMPANHAR CADA PRESO QUE SAI DA CADEIA PARA TRABALHAR”

Fábio Martins de Lima,
juiz substituto da Vara de Execuções Criminais

Defesa pedirá atividade em presídio

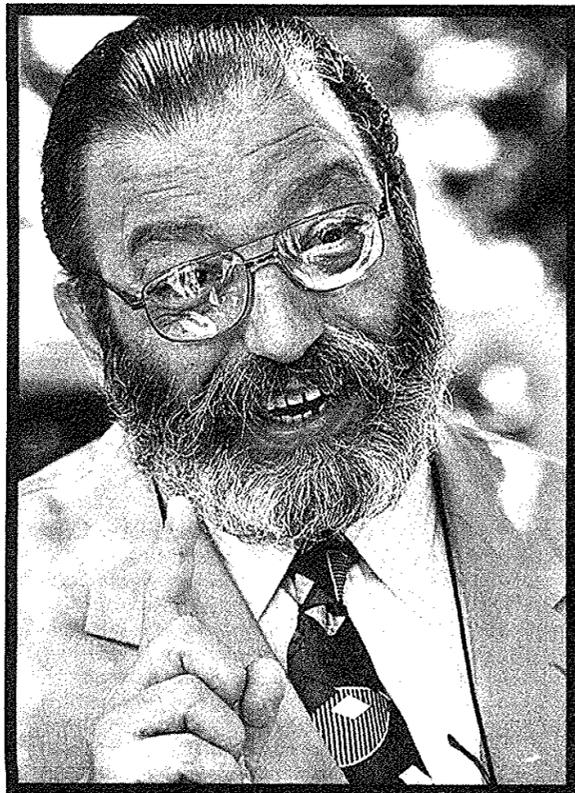
ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Nehil Hamilton 5.3.02

Heraldo Paupério pretende agir rápido. O advogado de defesa de um dos quatro assassinos do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos pedirá ainda hoje à Vara de Execuções Criminais (VEC) o restabelecimento de benefícios a Antônio Novelty Vilanova no interior do Centro de Detenção Provisória (CDP). Paupério entende que os benefícios devem ser estendidos a Eron Chaves e Max Rogério Alves, que também perderam a chance de trabalhar e estudar fora da prisão. “Eles têm direito ao trabalho interno e ao contato familiar”, afirma o criminalista.

Novelty, Eron e Max conquistaram em junho de 2002 uma autorização judicial para deixar o Centro de Detenção Provisória (CDP), no Complexo Penitenciário da Papuda, e trabalhar em órgãos públicos do Distrito Federal e da União. Mas, desde os primeiros meses de cadeia, eles já trabalhavam no interior do presídio. Um luxo concedido a poucos. Em 1997, quando receberam o benefício, apenas 2,2% dos detentos do CDP, antigo Núcleo de Custódia de Brasília, participavam de atividades laborais internas.

“Eles sempre colaboraram. Devido ao grau de instrução e conhecimento em Informática, desempenhavam funções ad-



O ADVOGADO HERALDO PAUPÉRIO PEDIRÁ QUE NOVELTY VOLTE A TRABALHAR

ministrativas e também trabalhos braçais, como ajudar a colocar as grades que dividem as alas”, informa Heraldo Paupério. “O direito de trabalhar no

presídio deve ser restituído agora. Eles não podem ficar ociosos. Não há nada pior do que não ter o que fazer na cadeia. Isso prejudica todo o pro-

cesso de reinserção social.”

Tão logo os assassinos do índio pataxó chegaram ao Complexo Penitenciário, explica o advogado, a direção estabeleceu horários específicos para as visitas de seus familiares. Horários estes diferentes dos demais parentes de presos, sob a justificativa de preservar a integridade física dos pais dos quatro jovens — todos de classe média e alta, incluindo um juiz federal.

“Como eles saíam para trabalhar e estudar, seus pais não iam mais ao presídio. Agora, é preciso restabelecer o contato familiar, direito de qualquer detento, em dias e horários seguros. Também vou pedir isso à VEC e a administração”, garante Heraldo Paupério. O advogado de Eron Chaves, Raul Livino, também quer que seu cliente tenha estes direitos. Mas acredita que não será necessário um pedido formal.

Os dois advogados vão esperar o fim dos trabalhos para pedir mais uma vez à Justiça que seus clientes freqüentemente faculdades particulares do DF. Segundo informações de Raul Livino, Eron está muito deprimido. Ontem não quis receber a visita de um dos advogados de defesa. Evangélico, o rapaz teria passado o dia lendo a Bíblia. O advogado e padrao de Max Rogério, Walter Medeiros, não foi localizado para comentar o caso.

O QUE QUEREM OS ADVOGADOS

Após a suspensão das atividades externas de três dos quatro assassinos do índio Galdino Jesus dos Santos, os advogados de defesa querem garantir a manutenção dos benefícios no interior do complexo penitenciário. Saiba o que a defesa reivindica:

Benefícios

● Retorno imediato ao trabalho interno, em atividades braçais e administrativas.

● Restabelecimento das visitas familiares, em horários e dias diferentes dos demais detentos.

Justificativas

● Atividade laboral é importante para processo de reinserção social e afasta risco de depressão por ociosidade. Além disso, eles têm histórico de colaboração e bom desempenho em atividades internas, o que deve ser levado em conta pela direção do presídio.

● Além de ser saudável e contribuir para a recuperação do detento, contato familiar é direito de qualquer presidiário. As

visitas devem ocorrer fora dos horários tradicionais para garantir integridade física dos parentes — pessoas de classe média e alta, inclusive um juiz federal.

Apresentação dos pedidos

● Heraldo Paupério, advogado de Antônio Novelty Vilanova, pretende entrar com estes pedidos até amanhã.

● Raul Livino, advogado de Eron Chaves, vai esperar que administração do complexo penitenciário convoque os três condenados para atividades internas, sem a necessidade de requerimento. Também acredita que partirá da administração a iniciativa de restabelecer as visitas familiares para todos.



Assassinos do índio pataxó terão de se explicar ao titular da Vara de Execuções Criminais no dia 22

Justiça ouvirá condenados

FABIOLA GÓIS
ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

O juiz Aimar Neres de Matos, titular da Vara de Execuções Criminais (VEC), interroga na próxima quarta-feira, dia 22, os quatro condenados pela morte do índio Galdino Jesus dos Santos. A audiência será por meio de videoconferência, em que os presos não precisam deixar a prisão para falar com o juiz. Aimar quer saber por que Max Rogério Alves, Antônio Novely e Eron Chaves Oliveira não cumpriram determinação judicial e desviaram do itinerário permitido: penitenciária-trabalho-faculdade-penitenciária. Na terça-feira, o Correio divulgou imagens exclusivas em que três dos quatro assassinos do índio pataxó entram e saem do presídio da Papuda sem o menor constrangimento. Max, Novely e Eron também freqüentam bares, bebem cerveja e encontram-se com amigos e namoradas como se fossem cidadãos comuns. No mesmo dia, o juiz Aimar suspendeu o benefício dos presos e iniciou um procedimento judicial para apurar a falta disci-

plinar. Tomás não foi punido, mas será ouvido mesmo assim.

O Ministério Público do DF juntou as fitas de vídeo ao processo criminal dos condenados. Promotores começam a estudar o caso. O promotor Maurício Miranda, que atuou no julgamento dos rapazes, disse que as imagens servem como prova. "Nesse caso não é necessário autorização judicial para as filmagens."

Apenas Max e Novely tinham permissão para estudar fora da penitenciária. Eron e Tomás tiveram o benefício suspenso a pedido do Ministério Público do DF. Maurício Miranda lembra que antes de matar o índio, dois dos condenados não se interessavam muito pelo estudo. Eron, aos 18 anos, fazia supletivo no Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) por ter repetido séries. Novely foi expulso do Colégio Marista por indisciplina e, aos 19 anos, só havia completado o 1º grau.

Sindicância

O procurador-geral do MPDF, Eduardo Sabo, ainda não decidiu qual promotor deverá acompanhar a Comissão de Sindicância criada pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF)

para apurar o envolvimento de três dos quatro assassinos de Galdino em atividades não autorizadas pela Justiça. O nome mais cotado é o da promotora Alessandra Queiroga. Ela acompanha o processo de dois dos condenados e retorna de férias amanhã.

A SSP/DF prefere manter em sigilo as investigações. De acordo com o assessor de comunicação da secretaria, coronel João Vitola Coelho, o subsecretário do Sistema Prisional e coordenador da Comissão, Raimundo Damasceno, só vai comentar o caso no dia 14 de dezembro, quando termina o prazo prorrogado para a conclusão da sindicância.

O Tribunal de Justiça do DF e a SSP/DF requisitaram ao Correio cópia das imagens de Eron, Novely e Max em atividades fora da prisão. Nas investigações que ocorrerão nos dois foros, serão ouvidas testemunhas, envolvidos e supervisores do cumprimento das penas. Servidores que colaboraram para o descumprimento da determinação judicial responderão a processos administrativos. Segundo o advogado de Eron, Raul Livino, os presos podem ser advertidos ou ter alguns benefícios suspensos.



MAURÍCIO MIRANDA, PROMOTOR DO TRIBUNAL DO JÚRI: FITAS CONSTITUEM PROVAS DE DESOBEDIÊNCIA À LEI

Flagrante em cinco dias de filmagem



Antonio Novely

na pizzaria Dom Bosco, na comercial da 107 Sul. Depois, ele foi namorar perto do bloco K da quadra residencial.

DA REDAÇÃO

Os três dos quatro condenados pela morte de Galdino dos Santos desrespeitaram a Justiça em todos os dias que foram flagrados pela reportagem. As filmagens em vídeo foram feitas em cinco dias, escolhidos aleatoriamente no período do dia 24 de setembro e 9 de outubro.

Eron Chaves Oliveira foi acompanhado um dia, na saída do Ministério do Trabalho, ao fim do expediente, no dia 24 de setembro. Sua saída era aguardada desde as 17h, mas ele deixou o trabalho quase às 18h. Max Rogério Alves foi acompanhado durante dois dias. No dia 1º de outubro, desde sua chegada ao traba-

lho até o retorno à prisão por volta da meia-noite. No dia 2 de outubro, acompanhamento ocorreu minutos após Max Rogério deixar o trabalho no final da tarde.

A reportagem acompanhou Antonio Novely Cardoso desde a saída do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), ao fim do expediente, no dia 8 de outubro. Ele ficou no local até 19h30, quando, após deixar o bar Bedrock na quadra comercial 204 da Asa Norte, dirigiu-se até a quadra residencial 107 Norte, onde comeu um cachorro-quente numa barraca. No dia seguinte, 9 de outubro, foi acompanhado desde a saída do trabalho até o caminho que levava ao presídio da Papuda pouco

depois das 22h30.

A reportagem decidiu seguir os passos dos condenados na morte do índio Galdino após receber extra-oficialmente a informação de que eles não estariam cumprindo a pena como determina a lei, deixando inclusive de dormir na prisão. Não houve registro dessa última irregularidade nos três dias em que foi feito o acompanhamento até a entrada do presídio da Papuda. Também não foi localizado o quarto condenado, Tomás Oliveira de Almeida, no trabalho nem o veículo que poderia estar usando. Diante da gravidade do material já apurado, optou-se pela publicação da reportagem na última terça-feira.

FUNDAÇÃO ZERBINI PROJETO FAMÍLIA SAUDÁVEL BRASÍLIA - DF PROCESSO SELETIVO Nº 001/2003, 26 DE SETEMBRO DE 2003 5º COMUNICADO

A Fundação Zerbini, substanciada no termo de parceria firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no desenvolvimento do Plano de Conversão da Atenção Básica no Distrito Federal, no Projeto Família Saudável, torna público o detalhamento da 1ª etapa do Processo Seletivo Prova Escrita.

1 - Frente ao grande quantitativo de currículos recebidos para o processo seletivo e objetivando melhores condições para a realização das provas, ficam estabelecidos os seguintes locais de prova, segundo as categorias especificadas a seguir.

LOCAL	DATA	HORA	CATEGORIA PROFISSIONAL
Colégio Objetivo de Brasília / UNIP SGAS 913 Brasília - DF	19 de outubro	9 às 12 horas	Médico Enfermeiro Cirurgião Dentista Psicólogo Assistente Social Auxiliar de Enfermagem Candidatos com o nome iniciado com a letra A até H (inclusive)
		15 às 18 horas	Técnico de Higiene Dental Auxiliar de Consultório Dentário Agente Comunitário de Saúde Candidatos com residência informada no currículo nas seguintes regiões: Gama, Santa Maria, Guará, Lago Norte (Varjão), Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina.
Universidade Católica de Brasília - UCB QS 7, lote 1 EPCT, Águas Claras, Taguatinga - DF	19 de outubro	9 às 12 horas	Auxiliar de Enfermagem Candidatos com o nome iniciado Com a letra I até Z
		15 às 18 horas	Agente Comunitário de Saúde Candidatos com residência informada no currículo nas seguintes regiões: , Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Riacho Fundo (I e II) e Samambaia.

2 - A FUNDAÇÃO ZERBINI ALERTA OS CANDIDATOS QUE DOMINGO, DIA 19 DE OUTUBRO, ENTRARÁ EM VIGOR O HORÁRIO DE VERÃO.

3 - Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde, foram habilitados para a prova escrita aqueles que informaram no currículo a conclusão do ensino fundamental e o endereço domiciliar, em conformidade com a legislação vigente já apontada nos comunicados anteriores.

4 - A lista completa dos candidatos habilitados para realização da prova escrita estará apresentada nos dois locais de prova a partir de 17 de outubro próximo e nos sites da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (www.saude.df.gov.br) e da Fundação Zerbini (www.zerbini.org.br).

5 - Os candidatos que farão a prova pela manhã, deverão estar no local às 7 horas e 30 minutos. Os portões de acesso às salas serão fechados às 8 horas e 30 minutos.

6 - Os candidatos que farão a prova pela tarde, deverão estar no local às 13 horas e 30 minutos. Os portões de acesso às salas serão fechados às 14 horas e 30 minutos.

7 - Somente será admitido à sala de prova escrita o candidato que estiver munido de Cédula Oficial de Identidade ou Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista. Será exigida a apresentação do documento original ou de cópia autenticada. O documento deve estar em perfeito estado de conservação, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

8 - Os candidatos deverão estar munidos de caneta esferográfica de cor azul ou preta.

9 - Na prova escrita serão abordadas diversas situações pertinentes à rotina diária da Atenção Básica de Saúde, bem como conhecimentos específicos para cada categoria profissional.

10 - Mais informações poderão ser encontradas na publicação da íntegra deste comunicado nos sites da Fundação Zerbini (www.zerbini.org.br) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (www.saude.df.gov.br), ou pelo telefone (61) 325-6922.



Na Bahia, parentes do índio morto há seis anos sofrem e ficam indignados ao saber dos privilégios concedidos aos condenados pelo crime. Mãe diz que gostaria de conversar com assassinos

Revolta na aldeia pataxó

GUILHERME GOULART
ENVIADO ESPECIAL

Pau Brasil (BA) — Seis anos e meio depois da tragédia, as lembranças do índio Galdino Jesus dos Santos continuam escondidas em uma das casas de alvenaria da reserva indígena Caramuru Catarina Paraguassu, no município de Pau Brasil, a 560 quilômetros de Salvador. Levantada em uma encosta que de frente se energe a imensidão verde da Mata Atlântica, a pequena construção onde vivem o pai e a mãe do Pataxó assassinado em Brasília em 1997 não mais carrega as imagens de Galdino. Nas paredes descascadas e nos pouquíssimos móveis que compõem o cenário não se vêem fotografias.

As imagens estão longe da vista de dona Minervina Maria de Jesus, 67 anos, e de seu Juvenal Rodrigues dos Santos, 68. As poucas que sobraram ficam dentro de um envelope branco, no fundo de um velho baú de madeira. Há seis meses, uma delas se transformou em quadro com bordas vermelhas, junto com a foto do irmão de Galdino, João Paixão Jesus dos Santos, o João Cravim, morto a golpes de facão nove anos antes da tragédia brasileira. “Não gosto nem de olhar, sabe? Algum dia tomo coragem e coloco na parede”, afirmou dona Minervina, com voz pausada. Ela perdeu, de forma cruel, dois do total de dez filhos.

O sofrimento da pataxó aumentou desde que a reportagem publicada no Correio sobre as regalias de três dos quatro condenados pela morte de Galdino ganhou repercussão nacional. As primeiras notícias que chega-

ram à aldeia, onde vivem 425 famílias indígenas, eram de que os responsáveis pela morte de Galdino estavam livres da cadeia e andavam tranquilamente pelas ruas de Brasília. Poucas horas depois, o engano foi desfeito por meio dos telejornais. Ainda assim, as imagens de três garotos em cenas de namoro e em bares da cidade revoltaram os familiares de Galdino.

“Absurdo”

O alívio só chegou mais tarde, com a informação de que os benefícios concedidos aos assassinos de seu filho haviam sido suspensos. “Depois de tantos anos de luta na Justiça, seria um absurdo eles andarem daqui para ali, como se tivessem soltos”, disse dona Minervina. Na família de Galdino, o assunto da morte do Pataxó não é proibido, mas os filhos evitam tocar no assunto para evitar o sofrimento da mãe e do pai. “É um filho abençoado da gente. Nós dois adoecemos depois do que aconteceu”, lamentou seu Juvenal.

Ontem, dona Minervina e seu Juvenal reservaram parte da tarde para visitar o túmulo de Galdino, no cemitério da reserva indígena. Assim como no quadro de bordas vermelhas, os dois filhos assassinados estão lado a lado. Depois de meses sem se aproximar do local — os índios da região acreditam que a limpeza dos túmulos traz a morte para a aldeia — dona Minervina e seu Juvenal reorganizaram as plantas e as cruzes das sepulturas. O trabalho foi acompanhado de perto por uma das filhas do casal, Marilene Jesus dos Santos, 38, cacique dos Pataxó Hã Hã Hãe (povo Pataxó, na língua original da tribo).

Fotos: Ronaldo de Oliveira



DONA MINERVINA, MÃE DE GALDINO, VISITA TÚMULO DO FILHO: SEIS ANOS DEPOIS DA TRAGÉDIA, ELA AINDA SOFRE

LAMENTO

“EU GOSTARIA QUE ELES (OS ASSASSINOS) VIESSEM AQUI PARA CONVERSARMOS. QUERIA QUE ELES ME OUVISSEM E SOUBESSEM O VAZIO QUE EU SINTO”

“EU SENTI DEMAIS QUANDO DESCONFIAMOS QUE ELES (OS ASSASSINOS) ESTAVAM SOLTOS. MAS SERÁ POSSÍVEL, MEU DEUS, DEPOIS DE PENAR TANTO NA JUSTIÇA, ESSES BANDIDOS ANDAREM TRANQUÍLOS POR AÍ? QUER DIZER QUE MEU FILHO MORREU E ELES ESTÃO SOLTOS?”

Minervina Maria de Jesus, 67 anos, mãe de Galdino Jesus dos Santos

“É UM FILHO ABENÇOADO DA GENTE. NÓS DOIS ADOECEMOS DEPOIS DO QUE ACONTECEU. ATÉ HOJE SINTO A FALTA DELE”

Juvenal Rodrigues dos Santos, 68 anos, pai de Galdino

Tristeza ao lembrar do dia trágico

Ao passarem os olhos nas produções de vídeo que mostram os condenados se divertindo pelas ruas de Brasília, dona Minervina e seu Juvenal ficam em silêncio. Atentos aos detalhes das imagens, fazem comentários inaudíveis. É a revolta. Até que a mãe revela um desejo inusitado: gostaria de receber na sua casa os jovens que puseram fim à vida de Galdino. “Queria que eles me ouvissem e soubessem o vazio que eu sinto.”

Dona Minervina e seu Juvenal evitam falar abertamente sobre o convívio com Galdino. Mas a segurança demonstrada no início da conversa logo dá lugar à emoção. “Quando ele era vivo, para mim não tinha coisa melhor. Agora que fiquei sem ele, parece que tudo aca-

bou para mim”, revelou a mãe.

Os pais começam a chorar quando lembram da tragédia ocorrida em 1997. No dia em que Galdino foi queimado vivo em uma parada de ônibus, seu Juvenal estava com ele em Brasília. Pai e filho se deslocaram até a capital do país para cobrar do governo federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai) agilidade no julgamento de ações ligadas à questão de regularização de suas terras. Poucos dias depois, o filho estava morto.

Luta por terras

Para os pais de Galdino, o drama familiar lhes dá força para continuar a luta pela retomada do seu território tradicional, de 54,1 mil hectares. Hoje, os índios ocupam cerca de 14 mil hectares. O restante é motivo de tensão entre indígenas e fazendeiros da região, que entram na Justiça alegando serem donos da área.

A tragédia dos irmãos Pataxó serviu de inspiração para familiares como Wilson Pataxó, 38. Ele é sobrinho de Galdino e um dos líderes da comunidade Hã Hã Hãe em Pau Brasil. Representante e articulador da tribo junto ao movimento indígena brasileiro,



A MÃE, O PAI E A IRMÃ DE GALDINO: UM FILHO “ABENÇOADO” PARA A FAMÍLIA

Wilson acusa os fazendeiros de disseminarem a violência na região. No ano passado, dois índios foram mortos a tiros em emboscadas dentro da reserva indígena. Só em 2003, quatro tentativas de homicídio ocorreram na mesma região. “Encheram as fazendas de pistoleiros”, denunciou.

A luta indígena conta com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB). Há 22 anos acompanhando a tensão na região, o Cimi combate a violência que se instalou na reserva. “A disputa só acabará com o julgamento da ação, que se encontra no STF há 21 anos, em favor dos índios e a devolução das terras aos seus verdadeiros donos, os Pataxó Hã Hã Hãe”, defendeu Haroldo Helton, missionário do Cimi em Itabuna, cidade a 140 quilômetros da reserva Caramuru Catarina Paraguassu. (GG)



O GAPA/DF - Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, Familiares e Amigos convidam a Sociedade de Brasília para a Missa de Sétimo-Dia do Filho, Amigo e Militante, **MARCELO IDALGO MARQUES**, a ser celebrada no dia 16/10/2003, Quinta-feira, hoje, às 12 horas na Catedral Metropolitana de Brasília e às 18 horas no Santuário Dom Bosco. Antecipadamente agradecemos a Solidariedade e Carinho de todos e todas.

NOTA DE MISSA DE SÉTIMO DIA

Comovidos com a perda, e com muitas saudades, os amigos e funcionários do Ministério da Assistência Social convidam para a missa de 7º dia de falecimento do querido e estimado

MARCELO IDALGO MARQUES que será celebrada hoje, às 12h15min. na Catedral de Brasília.

Oscar José, Juliana, Daniela, Guilherme e familiares convidam para a **MISSA DE 7º DIA** de

MARIA DO CARMO RAMALHO R. DE ALMEIDA (KAY)

a realizar-se no dia 16/10/03, hoje, às 18h30min., na Paróquia São Pedro de Alcântara - QI 07 Conj. 17 Lote C - Lago Sul. Agradecemos a todos a manifestação de carinho.